rumos da luta

um jornal a serviço da classe operária e camponesa

"A luta não é conversa nem palavras, nem escrita nem falada; a luta é a ação de cada dia contra nós mesmos e contra o inimigo". **(AMÍLCAR CABRAL)**

Uma publicação da **Célula Comunista de Trabalhadores (CCT)** e da **União Reconstrução Comunista (URC)** rumosdaluta@gmail.com **Número #20** **JANEIRO-FEVEREIRO/2023**

Quem combate o fascismo é o povo organizado, não o Estado semicolonial

Outra questão que deve-se apontar é a de que o Estado Semicolonial não combate o fascismo: ele faz parte do próprio fascismo. A conivência de policiais e do governo do Distrito Federal para com os manifestantes não é uma questão de "falta de competência", de uma mera "negligência" – porque a repressão tem muita competência em agir contra o povo e disso sabemos muito bem. . **Leia na página 3**

SITUAÇÃO DA LUTA DOS TRABALHADORES BRASILEIROS E AS TAREFAS DAS SUAS ORGANIZAÇÕES DE CLASSE

Leia o editorial na página 2

Peru: uma semicolônia contra o povo

Leia mais sobre os protestos populares das massas peruanas na página 5

Feminismo e Comunismo

MULHERES página 7

A "falta de tempo" justifica uma militância indisciplinada?

JUVENTUDE página 6

Reunião ampliada da Campanha pela jornada de 35 horas semanais

Saiba como participar na página 4

DOS MOTIVOS PELOS QUAIS NÃO TEMOS O QUE COMEMORAR

SINDICAL página 4

Situação da luta dos trabalhadores brasileiros e as tarefas das suas organizações de classe

A conjuntura que vivemos está marcada pela agudização das contradições da sociedade capitalista, consequência da solução burguesa da crise do sistema. A concentração de riquezas aumenta. Atualmente, 1% da população mundial é mais rica do que os 99 % restantes. Em nosso país observamos as consequências deste fato em cada esquina.

O prolongamento da guerra entre Rússia e Ucrânia é estimulado pelos EUA, que segue liderando o bloco imperialista dominante, ainda que enfraquecido. Com a destruição da GAZPROM, grande monopólio do gás russo, empresas estadunidenses vendem energia 40 % mais cara à Europa.

A piora nas condições de vida da maioria do povo provoca uma natural resistência, que tende a se avolumar, conforme demonstrou recente manifestação em Madri e em diversos outros países.

A queima de forças produtivas, um dos objetivos das guerras e as outras medidas tomadas pelos governos capitalistas não têm sido suficientes para alavancar maiores taxas de crescimento econômico, que continuam baixas.

É nesse cenário que se iniciará o terceiro governo de Lula, o quinto do Partido dos Trabalhadores, no Brasil.

Conforme se preparou para fazer, mesmo antes de 2002, o PT continuará governando em função dos interesses dominantes do capitalismo imperialista.

Para além da manutenção de um auxílio de R$ 600 para uma parcela dos mais empobrecidos da população, o governo terá dificuldade inclusive para implementar uma política de crédito a este setor, uma vez que os grandes bancos já sinalizam não ter maior interesse nesse tipo de operação.

Diferentemente dos seus primeiros mandatos na presidência, que contaram com um cenário internacional mais favorável e com a política de crédito, dessa vez, tudo indica que o novo governo só poderá oferecer a minguada política compensatória já oferecida pelo presidente anterior.

A seu favor, Lula terá a boa vontade do movimento sindical, controlado pelos partidos e centrais da esquerda da ordem, entre outros.

A burguesia tem tido sucesso em enquadrar a luta dos trabalhadores em torno de mínimos objetivos, apresentando hoje a manutenção do auxílio emergencial como o máximo que essas dezenas de milhões de brasileiros devem esperar.

Algumas das questões centrais dos ataques aos trabalhadores nos últimos anos não serão modificadas. O Teto de Gastos imposto seguirá vigente, prejudicando já os insuficientes investimentos nos direitos básicos do povo, sob a desculpa da chamada Responsabilidade Fiscal. A Reforma Trabalhista não será revogada, como já afirmou em janeiro o vice-presidente (ex-tucano) Geraldo Alckmin e a Reforma Agrária também só ficará como uma promessa da boca para fora como sempre foi nos governos petistas. Enquanto isso os latifundiários, industriais e militares seguirão se beneficiando do Estado burguês, enquanto os brasileiros e as brasileiras enfrentarão as consequências da crise capitalista.

Dessa forma, uma orientação tática revolucionária, a ser encaminhada pelos comunistas, patriotas e sindicalistas efetivamente comprometidos com os interesses das maiorias exploradas, deve buscar a mobilização popular pelos seus interesses, por melhores salários, melhores condições de trabalho, mais verbas para a Saúde, Educação, Habitação e Assistência Social.

A reconstrução de organizações de fato comprometidas com os interesses dos trabalhadores do campo e da cidade é uma necessidade imperiosa, para criar as condições subjetivas para uma luta mais avançada.

Para alcançar esses objetivos, devemos ter como eixo a campanha pela jornada de trabalho de 35 horas semanais, sem redução de salários, aprovada pela Federação Sindical Mundial (FSM) em seu XVIII Congresso.

É preciso trabalhar por um levantamento nacional dos trabalhadores da cidade e do campo, que abra caminho a um governo revolucionário.

NOVACULTURA.info
As edições anteriores do Rumos da Luta podem ser lidas, em PDF, na página criada pelo NOVACULTURA.info para a divulgação do jornal: www.novacultura.info/jornal

Quem combate o fascismo é o povo organizado, não o Estado semicolonial

Dado os protestos reacionários, fascistas, do dia 08 de janeiro em Brasília, circula entre os setores do "progressismo" – leia-se social-liberalismo – um posicionamento equivocado sobre os atos que destruíram as instalações dos prédios públicos na capital nacional, como se o ato da destruição em si fosse algo a ser criminalizado e totalmente repudiado sob quaisquer circunstâncias, acompanhado de exigências como "intervenção federal" e "cumprimento da lei".

Primeiro que, como democratas avançados e honestos, não se pode jamais dar credibilidade ao Estado Semicolonial – nossa concepção científica nos impede de cair no conto liberal da defesa da "democracia" (em abstrato) e de "instituições democráticas" (diga-se de passagem, as mesmas que perpetuam o genocídio dos povos oprimidos do Brasil, indígenas e afro-brasileiros). O Estado Semicolonial é sempre uma ditadura das classes dominantes reacionárias subservientes aos interesses do imperialismo estadunidense contra a imensa maioria do povo, portanto, é inaceitável que se fale em "democracia", ainda mais em abstrato; segundo que, em momentos de rebelião das massas contra a ordem semicolonial – que não foi o caso de agora, em Brasília – elas, não sem razão, se levantam e destroem bancos, incendeiam transportes, fecham estradas, etc. em demonstrações justas. Basta acompanharmos de perto o que ocorre nas periferias das capitais estaduais do Brasil que, com frequência considerável, podemos ver ações radicalizadas de populares contra operações da Polícia Militar que resultaram em mortes de amigos e/ou familiares inocentes, vítimas desta guerra do Estado reacionário contra o proletariado empobrecido.

O problema real não é a destruição do Congresso ou do Senado em si, mas o caráter das manifestações na capital nacional, que são inegavelmente reacionárias. Nossos ataques devem ser direcionados a estes em particular e não ao "vandalismo". Porque se as massas populares se levantarem, destruírem os prédios de tal decadente burocracia com reivindicações democráticas radicalizadas, tais atos seriam corretos e deveriam ser abertamente apoiados e impulsionados – mesmo se a gerência do Estado estiver sob as mãos de um partido de "esquerda" – que por si só já revela seu caráter real. Em outras palavras: o que determina a justeza ou não destes atos não é a "lei" (do Estado reacionário e genocida), mas o caráter político destes. Esse é o ponto fundamental.

Outra questão que deve-se apontar é a de que o Estado Semicolonial não combate o fascismo: ele faz parte do próprio fascismo. A conivência de policiais e do governo do Distrito Federal para com os manifestantes não é uma questão de "falta de competência", de uma mera "negligência" – porque a repressão tem muita competência em agir contra o povo e disso sabemos muito bem. O baluarte do Estado reacionário é seu braço armado e as instituições que lhes correspondem e esse é, portanto, o inimigo principal: é a medula espinhal de toda a opressão nacional vivida pelas massas. Nunca um democrata razoável deve se posicionar ao lado da repressão, pois seria um erro político crasso, na prática uma traição à Nação brasileira em formação. Tratando-se de uma contradição antagônica entre as classes dominantes e seu instrumento de dominação de classe, e o povo, a exigência do progressismo pelo "cumprimento da lei e da ordem" significa, na realidade, apontar um revólver para a própria cabeça.

Um elemento que vocifera aos quatro cantos sobre "defender a democracia", que pode até mesmo ter tido contato com esta ou aquela obra marxista (ou marxóloga) não entendeu ainda a luta de classes, não entendeu a lógica dialética e tampouco o papel exercido pelo Estado na sociedade de classes em sentido concreto. Para oportunistas pequeno burgueses desta estirpe é conveniente que as frases revolucionárias não saiam das páginas dos livros.

Por isso é impossível o Estado semicolonial e genocida combater o fascismo; a única força capaz de encará-lo e vencê-lo é o povo organizado em núcleos, frentes e organizações combativas que se disponham a encarar este fenômeno com o uso da violência revolucionária – somente a força material é capaz de derrotar a força material.

Artigo publicado originalmente no NOVACULTURA.info

DOS MOTIVOS PELOS QUAIS NÃO TEMOS O QUE COMEMORAR

Nos últimos anos os trabalhadores no Brasil, mas não somente no Brasil, em várias partes do mundo, sofreram um conjunto de derrotas e perderam direitos que acreditavam serem sólidos o suficiente para serem intocáveis.

No nosso país os destaques são as reformas trabalhista e da previdência que ampliaram as já precarizadas condições de trabalho e aumentaram a idade e o tempo de contribuição para que o trabalhador se aposente, além de limitar o acesso aos benefícios previdenciários e outros de seguridade social, como o BPC (Benefício de Prestação Continuada).

Há pouco tempo, em Madri, capital da Espanha, milhares de pessoas se manifestaram nas ruas da cidade em defesa da qualidade do sistema público de saúde e contra os cortes de verba que precarizam o sistema.

Na França é conhecida as manifestações que durante os anos de 2019 e 2020 tomaram as ruas pelos mesmos motivos. Recentemente os franceses voltaram a protestar contra tentativas de aumento da idade mínima de aposentadoria.

França, Espanha e Brasil, são exemplos de países que sofrem com o ataque aos direitos e serviços públicos.

Historicamente o período em que os direitos e serviços destinados aos trabalhadores avançaram foi quando o capitalismo encontrava um oponente forte, o bloco de países socialistas.

No Brasil, na esteira de grandes movimentações dos trabalhadores na primeira metade do século XX, os governos se viram obrigados a cederem uma série de legislações benéficas ao conjunto dos trabalhadores reunidas no que ficou conhecido como Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Entretanto, tais conquistas em países capitalistas como o Brasil, só foram possíveis porque havia um conjunto de avanços reais na qualidade de vida dos trabalhadores que viviam no bloco socialista liderado pela União Soviética, aliado ao fato de que nossas organizações, sindicatos e partido, notadamente o Partido Comunista do Brasil – PCB – não estavam aparelhados por agentes infiltrados em nome da burguesia e, como tinham uma política de defesa dos interesses dos trabalhadores e francamente revolucionária, possibilitavam um nível de organização nas lutas que fazia avançar as conquistas a que tínhamos (e ainda temos) direito.

Os avanços na qualidade de vida nos países socialistas pressionavam os países capitalistas a cederem, ainda que muito pouco, a fim de evitarem a rebelião daqueles que só conheciam a opressão.

Porém, com a vitória da contrarrevolução no bloco socialista a partir do início dos anos 90, um movimento regressivo se instalou no mundo e sem a presença real de um bloco que pudesse ameaçar o capitalismo, a burguesia encontrou a situação adequada para atacar os direitos outrora arrancados à força e instaurou um movimento que inicialmente fundou-se sobre a exploração dos recursos materiais e humanos acumulados no antigo bloco socialista, para, esgotada essa fonte, atacar os direitos dos trabalhadores, com destaque para o mínimo de bem estar adquirido em anos de dolorosas lutas.

Não estão livres desses ataques os serviços públicos já tão precarizados em países de capitalismo dependente como o Brasil.

O mínimo conseguido está sob ataque: trabalho com direitos, seguridade social, serviços públicos básicos à sobrevivência. É preciso que reconheçamos que as conquistas que obtivemos em luta foram frutos da organização dos trabalhadores, mas também, e principalmente, da pressão que as conquistas dos trabalhadores obtidas nos países socialistas exerciam no bloco capitalista e que o fim do bloco socialista, a desorganização das massas trabalhadoras e o papel que organizações a serviços da burguesia cumprem entre as massa trabalhadoras propiciaram as condições para que os poucos direitos que conquistamos fossem atacados e destruídos.

A única perspectiva de melhoria das condições de vida dos trabalhadores perpassa a luta pela revolução socialista e a tomada de poder pelos trabalhadores, com a consequente expropriação dos meios de produção.

Entre nós, grassa a máxima de que em 2023 o "amor vai voltar" e que repentinamente um governo que está a serviço dos interesses dos burgueses (tanto que já se orgulhou – por mais de uma vez e publicamente – dos lucros obtidos pelos banqueiros em momentos em que estiveram no governo) estivesse disposto a, minimamente, reverter as reformas citadas acima, que dirá a fazer avançar qualquer programa minimamente progressista que pudesse vir a arranhar as estruturas capitalistas no Brasil. O próprio vice-presidente e ex-tucano, Geraldo Alckmin, já afirmou que "não tem nenhuma reforma a ser desfeita", pouco antes de assumir o cargo no novo governo. Não, esse governo não foi eleito e nunca o será, inclusive pelas próprias características presentes no processo eleitoral burguês.

Entramos em 2023 com a mesma certeza com que nos despedimos de 2022: por nós, somente nós mesmos e não importa se Bolsonaro ou Lula, as nossas condições de vida e trabalho não serão melhores porque este ou aquele ocupa a cadeira de presidente.

Devemos nos esforçar para entender o que se passa ao redor e compreender a dinâmica de poder que escolhe este ou aquele para fazer o papel de governante, ainda que este ou aquele esteja a serviço dos mesmos interesses e precisamos ir além, compreendemos que esses interesses não são os nossos, qualquer trabalhador compreende essa lógica, o que nos falta é conhecermos nossas alternativas de luta, atuarmos nas nossas organizações, com destaque, nesse momento, para os sindicatos.

Devemos atuar em nossos sindicatos e forçarmos suas direções a cobrarem das centrais sindicais e, consequentemente, do governo, todas as mudanças possíveis que signifiquem qualquer possibilidade de melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Já passamos por 14 anos de governos petistas, já vimos como sindicatos e partidos aparelhados pelo PT agiram neste período, contra os interesses dos trabalhadores e a favor dos interesses eleitoreiros, para não dizer, dos interesses burgueses.

Devemos seguir vigilantes e atentos, pois o que nos espera nos próximos anos não é melhor do que aquilo que estamos nos despedindo.

campanha pela jornada de trabalho de 35 horas semanais

O jornal Rumos da Luta promoverá, juntamente a outras organizações, reunião ampliada para alavancar a campanha pela redução de jornada de trabalho para 35 horas semanais, sem redução de salários. Neste dia, definiremos ações ao longo de 2023, para colocar essa importante luta nas ruas. Contamos com sua participação. Em nossa próxima edição, divulgaremos o local e horário dessa reunião. Desde já, orientamos o estudo da DECLARAÇÃO DE ROMA, resumo das teses aprovadas no XVIII Congresso da Federação Sindical Mundial (FSM). Para ter acesso ao texto, entre em contato no **rumosdaluta@gmail.com**

Peru: uma semicolônia contra o povo

No último mês de dezembro, o nosso vizinho Peru vive mais uma crise política, como virou comum nesta semicolônia que há décadas é dominada por uma burguesia burocrática corrupta e pelos interesses imperialistas. O presidente Pedro Castillo, professor de origem camponesa, foi eleito em 2021 vencendo a reacionária herdeira do clã Fujimori, com um discurso anti-neoliberalismo, que nunca se materializou na prática do seu governo até então, mas no dia 7 de setembro, depois de enfrentar alguns dos tradicionais processos de impeachment como todos os seus antecessores no cargo, tentou se antecipar e tomar medidas para dissolver o parlamento. Contudo, o seu plano fracassou rapidamente, Castillo foi preso e retirado da presidência, assumindo em seu lugar a sua vice, Dina Boluarte.

Apesar das limitações do seu governo, a queda de Castillo gerou alguns protestos de movimentos sociais, que diante da brutal e desmedida repressão do novo governo guiado pelo Congresso reacionário peruano, se tornou em uma onda de revolta das massas peruanas, com protestos massivos e paralisações e greves por todo o país. Entre as principais reivindicações estão o fim da repressão generalizada, a renúncia de Dina Boluarte, a criação de uma Assembleia Constituinte e eleições gerais antecipadas. Evidentemente, todas estas já foram negadas ao povo pelo Estado reacionário peruano.

Os manifestantes estão presentes não somente na capital Lima, mas nas principais cidades peruanas, realizando protestos, fechamento de estradas, bloqueios e outras ações. Os peruanos e peruanas nas ruas estão sofrendo uma brutal repressão das forças de segurança, política e Exército, que já deixaram mais de 60 mortos e centenas de feridos e detidos.

No dia 15 de dezembro, membros do Exército nacional do Peru a bordo de helicópteros abriram fogo e mataram civis na periferia da cidade de Ayacucho. Naquele dia, centenas de estudantes universitários, comerciantes, vendedores ambulantes, trabalhadores agrícolas e ativistas se reuniram no centro de Ayacucho para protestar contra a remoção de Castillo, e seguiram em direção ao aeroporto para se reunir com grupos vindos de outras áreas da cidade. Quando a manifestação se aproximou do aeroporto, membros das Forças Armadas abriram fogo e atiraram gás lacrimogêneo. Os disparos do Exército realizados a partir dos helicópteros foram os mais letais. Segundo os números oficiais da Defensoria do Povo do Peru, ao menos dez pessoas foram mortas em decorrência da violência do Exército, e outras dezenas ficaram feridas. As autópsias realizadas nos dez mortos em Ayacucho mostram que seis das vítimas morreram em decorrência de disparos que atingiram seus peitos. O mais jovem deles tinha somente 15 anos.

Já no dia 21 de dezembro, a polícia invadiu a Universidade Nacional de San Marcos, em Lima, a maior e mais antiga do país, para intimidar os estudantes que demonstraram apoio às reivindicações camponesas e populares. O ocorrido foi um recado claro do Estado semicolonial que qualquer tentativa de protesto seria duramente reprimida. Dessa forma, buscava-se desmobilizar os grandes contingentes de camponeses do país que se somariam aos protestos na capital peruana, depois das grandes mobilizações nos dias anteriores, também duramente reprimida e que registrou mais de 60 detidos.

Em Puno, no sul do país, os protestos ganharam força desde dezembro, impulsionados pela participação ativa dos movimentos indígenas, com o fechamento de estradas, interrupção de abastecimento e manifestações cada vez mais numerosas. Em 9 de janeiro deste ano, a polícia peruana promoveu o Massacre de Juliaca, no qual ao menos 17 pessoas foram assassinadas durante os protestos.

O Peru, há mais de 30 anos, segue a mesma agenda econômica neoliberal, impulsionada pelo reacionário Alberto Fujimori entre 1990 e 2000 – que possibilitou a aplicação da agenda econômica do capital monopolista, além de perseguir, torturar e exterminar trabalhadores e lideranças populares durante os anos de chumbo em que dirigiu o governo nacional. A Constituição Federal de 1993, aprovada sobre a ditadura de Fujimori, que definiu o papel de subordinação do país ao capital monopolista e às oligarquias locais e entregou mais de 220 empresas públicas à iniciativa privada, segue em voga, assim como a partilha da miséria e da violência reacionária entre as classes trabalhadoras.

Entre 2002 e 2016, desenvolveu-se no Peru um imenso esquema de corrupção denominado "Clube da Construção", que envolvendo grandes empresas capitalistas (ligadas principalmente ao ramo da construção civil), altos funcionários e políticos (para se ter uma ideia, a amplitude deste esquema de corrupção chegava ao ponto de envolver até mesmo a presidência: os quatro últimos presidentes peruanos, Pedro Pablo Kuczinsky, Ollanto Humala, Alan García e Alejandro Toledo, foram todos presos, ou fugiram, ou mesmo se suicidaram, devido a envolvimentos com o Clube da Construção). Tal esquema consistia no fornecimento de propinas (em forma de fortunas de mesadas, propriedades e demais benefícios) para tais funcionários públicos por parte destas empresas capitalistas. Em troca, tais funcionários, valendo-se de seus cargos públicos, forneciam facilidades ou exclusividade para que tais empresas operassem, vencessem licitações de forma fraudulenta, etc. Desta forma, tais empresas logravam superlucros por meio da cobrança de elevadíssimos preços para os consumidores peruanos. Como rastro, deixavam uma casta de políticos milionários.

Mesmo diante da brutal repressão do Estado semicolonial e corrupto peruano, não resta outra alternativa ao povo do Peru senão a luta pela sua sobrevivência, ameaçada mais uma vez. Por isso é dever nosso prestar solidariedade aos peruanos e peruanas em luta e denunciar mais uma vez a repressão do Estado contra seu povo em nosso continente.

A "falta de tempo" justifica uma militância indisciplinada?

Quem já não participou de frentes de luta, coletivos, grupos de trabalho, propaganda e estudo cujas atividades e ações acabam sendo contidas por uma quantidade majoritária ou minoritária de membros que acabam por executar mal ou simplesmente abandonar os trabalhos políticos em razão da típica desculpa da "falta de tempo"? Quantos grupos de estudos não há por aí que sequer terminam suas bibliografias em razão do corpo mole de parte expressiva de seus participantes? Quantos casos não há de militantes que deixam de aparecer até mesmo em atividades importantíssimas, como assembleias e mobilizações de massas, pelos menores dos problemas que aparecem em suas respectivas vidas pessoais, que acabam sendo justificados pela suposta "falta de tempo" para dedicarem à vida política?

Já se tornou um truísmo falar que vivemos numa época de brutal confusão, onde atitudes tipicamente pequeno-burguesas, liberais, acabam sendo encobertas exatamente como o seu contrário. Fala-se da "falta de tempo". Nesta esteira, transforma-se o erro em virtude. Quantos comentários não escutamos em nossos respectivos trabalhos políticos que sustentam que trabalhadores comuns jamais poderão ser militantes comunistas (ou pelo menos terão enormes dificuldades) em razão da falta de tempo que possuem para dedicar à luta política (longas jornadas de trabalho, longas horas passadas em transportes para irem ao serviço, cuidados com as famílias, etc.)? Alguns vão muito além e sustentam que os trabalhadores comuns sequer podem ter acesso à ciência Marxista, que explica as raízes e o porquê de sua opressão, não apenas por não terem tempo como também por não terem frequentado uma faculdade ou por terem tido um acesso apenas extremamente precário ao conteúdo escolar. Quantas vezes não escutamos por aí que a juventude, ao "arrumar sua vida", ter uma casa, emprego, etc., "amadurece" e acaba por se desfazer da luta política, que aparece como sendo uma passagem como tantas outras pela vida juvenil e não como um compromisso de vida com o proletariado e o povo brasileiros?

Quantas vezes não ouvimos a sandice sem tamanho que, justamente em razão da suposta falta de tempo, o militante comunista ideal não mais seria o operário ou o camponês, o favelado ou a dona de casa, mas o estudante universitário de classe média, mantido pelos pais e que em razão disso teria supostamente um vasto tempo de seu dia para dedicar à luta política, fora dos horários de aula? Quanto a isso, surgem até mesmo dezenas de "teorias" pomposas que pretendem "atualizar" o "Leninismo", falando que o tal "modelo Leninista" de um Partido Comunista centralizado e disciplinado não mais seria possível nos dias de hoje, pois as pessoas não têm mais tempo para se dedicar à luta política e que, portanto, deveria prevalecer um "novo" entendimento de um partido com ares de "renovado" e que se adequasse aos "novos tempos", o que na verdade apenas serve para substituir a teoria de um partido de vanguarda proletário pela de um partido liberal burguês, na melhor das hipóteses social-democrata.

O que queremos dizer com isso é que se agrava um processo no qual os socialistas são intelectuais e os trabalhadores comuns, embora nas condições de nosso país não sejam em sua grande maioria anti-socialistas, têm uma relação de estranhamento com o socialismo. Por que não dizer, evidentemente, por uma questão de estranhamento de classe entre o proletariado e a classe média? Não há também, nas condições de nosso país, um processo odioso de "classemédiaização" do que se entende como "esquerda", com toda sua arrogância, paternalismo e desprezo ao povo, sentimentos típicos da classe média, manifestando-se em sua atuação política? Como não devem ter se sentido milhares de trabalhadores comuns que poderiam ser trazidos para o campo progressista com atitudes absurdas como fizeram até mesmo companheiros que conhecemos de perto, que debocharam e tacharam de "analfabetos políticos" aqueles que votaram em Bolsonaro nas últimas eleições, ou que, do alto de seus pedestais, levaram seus "ilustrados" livros debaixo dos braços para debochar dos tais "analfabetos políticos"! Este tal "estranhamento" é um dos aspectos da separação entre a teoria socialista e o movimento operário, e pode nos fornecer uma das pistas pelas quais o militante comunista típico não é mais a caricatura do "peão de obra" ou "peão de fábrica", como durante o século XX, mas o estudante de classe média. Podemos concluir até então, mesmo que parcialmente, que o problema da "falta de tempo" parece assumir uma importância pouco relevante diante de graves problemas políticos.

Obviamente, o fato de constatarmos que a falta de tempo disponível não justifica de nenhuma forma a ausência da luta política ou uma militância frouxa e indisciplinada não significa que defendamos a ideia de ser possível, para um militante ou um conjunto de militantes, fazer absolutamente tudo, "dar um passo maior que a perna". A questão fundamental para nós se apresenta no sentido de, para um revolucionário ou militante de massas, submeter e subordinar a vida pessoal às necessidades da luta popular, identificar e organizar corretamente aspectos de sua vida como trabalho, moradia, família, etc. para melhor servir à luta, e sempre lutar para cultivar e disseminar o espírito de sacrifício, devoção à revolução. De que maneira meu trabalho remunerado ou local de moradia podem servir à luta política? De que maneira minha própria rotina diária pode ser utilizada de maneira a contribuir de forma militante? Quais "brechas" do meu dia posso utilizar para leituras políticas?

Uma outra forma possível de resolver o problema da "falta de tempo" poderia ser, por exemplo, pensar acerca de formas de profissionalizar um determinado número de militantes, por menor que seja, que não tenham outra ocupação que não o trabalho político. É certo que esta medida esbarra em duas dificuldades principais, quer dizer, encontrar pessoas muito convictas que estejam dispostas a se profissionalizar (dado que a luta política exige um trabalho muito persistente, e os militantes profissionais apenas podem ter condições de vida extremamente modestas), e na falta de recursos financeiros dos grupos militantes, mas que ainda assim deve ser levada em conta como meio para a resolução do problema. No próprio "O que fazer?", Lênin mostra como os economicistas sustentavam que os operários, em virtude de trabalharem mais de 11 horas diárias nas fábricas, não tinham condição de cumprir mais que o papel de agitadores, argumento ao qual ele respondia colocando que se um operário se mostra talentoso e disposto para ser um agitador das massas e cumpre um papel importante na luta, ele não deve trabalhar 11 horas por dia na fábrica, e deve viver por conta do coletivo para que cumpra seu papel como revolucionário.

COMUNISMO E FEMINISMO

Para introduzir a discussão nesta oficina, Diane Gilliard, responsável pela comissão Feminina do PRCF (Polo de Renascimento Comunista na França), a entitulou: primeiro comunismo depois o feminismo e a relação entre os dois, ao invés de começar por expor as múltiplas manifestações de opressão que pesam sobre as mulheres – e que todos conhecemos.

As primeiras decisões tomadas pelo primeiro governo operário e camponês da nascente república soviética ilustram exatamente o que vamos debater durante as duas horas de que dispomos.

Sabemos que sempre que há um movimento revolucionário, as mulheres estão presentes, muitas vezes na primeira fila. Suas representantes mais ativas e determinadas apoiam ardentemente o projeto de derrubar a ordem feudal ou burguesa estabelecida. Assim, em 1789, elas foram as primeiras em Versalhes a trazer a força Luís XVI e Maria Antonieta de volta a Paris. Elas reivindicam participar de clubes revolucionários, mas na maioria são excluídas. No entanto as mulheres da Grande Revolução francesa, quando se mobilizaram não deram prioridade às reivindicações relacionadas ao seu sexo, mas em cuidar das necessidades e aspirações dos explorados, dos descamisados. Em 1848 as mulheres participaram da revolução e afirmaram-se: elas não só exigiam direitos para o povo como, dentro desses direitos exigiam os seus próprios, plenos e completos como cidadãs. Exigem, por exemplo igualdade na sala de aula. Mas também o direito de votar, o direito de ser eleita, de fazer campanha pela liberdade, justiça social, a extinção da pobreza da classe operária etc. (as reivindicações da sociedade ainda não estão em primeiro plano!). Aquelas cujos nomes chegaram até nós criam clubes, jornais, escrevem panfletos. Não são burguesas. Seus nomes são Jeanne Deroin, uma operária têxtil que se tornara professora e redatora chefe do L'Opinion des femmes, "um jornal publicado pelos interesses das mulheres por uma sociedade de trabalhadores", ou Désirée Gay, ou ainda Flora Tristan.

As mulheres afirmam-se ainda mais na Comuna de Paris, com figuras como Nathalie Le Mel (C.f.XX-Elles), Louise Michel evidentemente, Elisabeth Dmitriev (a quem Marx havia confiado a tarefa de informá-lo quase todos os dias dos desenvolvimentos concretos da Comuna de Paris), todas organizadoras da União de Mulheres.

Todas elas ilustraram a iniciativa política, o empenho no campo, o heroísmo da luta e a força motriz das militantes femininas comprometidas com a emancipação republicana, laica, proletária e popular.

Depois veio a Revolução Russa que foi impulsionada em 8 de março de 1917 quando, por iniciativa das mulheres bolcheviques, a população trabalhadora de Petrogrado, com mulheres na lideranças, atacou e derrubou o czarismo, lançando as bases para a Revolução de Outubro de 1917.

Assim que a República Soviética foi proclamada, Lenin, apoiado pela bolchevique Alexandra Kollontai, com as comunistas francesas Inessa Armand e Jeanne Labourbe, tomaram medidas sem precedentes em favor das mulheres. Quase imediatamente após a revolução, a nova república estabeleceu a igualdade jurídica total para ambos os sexos, o direito ao aborto, o direito de voto feminino, o divórcio por mútuo consentimento, impulsiona a luta contra os preconceitos machistas em grande parte ligados às religiões em vigor e em particular ao patriarcado ortodoxo, abriu a educação e todos os ofícios e graus para as jovens, estabeleceu a educação pública laica e mista.

A primeira experiência de construção socialista abriu assim o caminho para enormes avanços em favor das mulheres; primeiro na URSS, é claro, depois da Segunda Guerra Mundial, na China, nas repúblicas socialistas da Europa Oriental, no Vietnã, em Cuba. Na RDA (Alemanha Oriental), por exemplo, onde 90% das mulheres tinham emprego remunerado, havia uma rede de creches, lavanderias e cantinas de empresas, que aliviavam a "carga mental" das mulheres se não a eliminassem completamente.

Tudo isso, as mulheres dos países capitalistas ocidentais necessariamente perceberam. Também na França, mulheres de origem burguesa mais progressistas, comprometeram-se corajosamente em promover a ideia de perfeita igualdade de direitos e de potencialidades de todos os seres humanos. Porque "as mulheres são homens como os outros", dizia Rousseau, e "não se nasce mulher, torna-se mulher", segundo a famosa fórmula de Simone de Beauvoir. As mulheres obtiveram (finalmente!) o direito ao voto após a guerra, e o direito à contracepção (em 1967) e ao aborto em 1974. Essas leis foram aprovadas no Parlamento não tanto pela eloquência da política de direita Simone Veil, mas sobretudo graças a voz das deputadas do PCF (Partido Comunista Francês) e a ação determinada da União das Mulheres Francesas (com direção comunista).

Depois veio a contrarrevolução de 1988-1993 e a destruição da União Soviética. Apesar de tudo que possa ser imputado aos seus dirigentes, apesar da "estagnação" e das dificuldades econômicas, nunca se afastou dos princípios da igualdade entre os sexos.

A destruição da URSS e dos países do "bloco oriental" foi um crime, uma catástrofe para o movimento operário internacional e em particular para as mulheres. Vimos a ofensiva da vingança do capital, não só pelas liberdades democráticas, mas pelas condições de vida da maioria, pela paz mundial e pela soberania dos povos, entregues sem piedade às depredações desenfreadas do imperialismo estadunidense. Vimos o retorno da Polônia clerical, as potências fundamentalistas no mundo árabe-muçulmano. Em Cabul, sob o governo do Partido Democrático Afegão, amigo da URSS, as meninas eram maioria na universidade, por exemplo, e podiam andar sem véu. Na Polônia, o novo regime "anti-totalitário" tenta criminalizar a IVG (entre outros crimes e presentes a proprietários privados de antigas fábricas socialistas). Na França, a "construção europeia" levou à destruição metódica dos avanços sociais instaurados pela Frente Popular de 1936, pelos ministros comunistas de 1945 a 1947 (Seguro Social, estatuto público, convenções coletivas, pensões por repartição, nacionalização do EDF/GDF, etc.)

As mulheres nos países socialistas, e até um pouco nos países capitalistas, graças ao impulso que os primeiros deram à sua causa, puderam adquirir em meados do século XX um progresso sem precedentes, de que o sistema capitalista é incapaz, e sobretudo se recusa a permitir as mulheres. São poucos os ajustes, melhorias a seu "favor", como o sistema de cotas nos órgãos eleitorais, as grandes declarações vazias da União Europeia sobre "a igualdade entre homens e mulheres, uma prioridade", que mudam qualquer coisa na condição da imensa maioria de mulheres, trabalhadores, empregados, desempregados, camponeses, chefes de famílias monoparentais, atacados de todos os lados pela destruição dos serviços públicos, do hospital público, da Educação nacional, do adiamento da idade de aposentadoria, do rebaixamento da indenização por desemprego. Avancemos...

É por isso que o PRCF, mulheres e homens unidos, combatem com determinação a opressão das mulheres lutando pela derrubada do capitalismo e por um futuro socialista. Porque como disse Clara Zetkin, "A emancipação das mulheres, como a de toda raça humana, só se tornará realidade no dia em que o trabalho se liberte do capital".

Extrato de artigo publicado em Etincelles, revista teórica do PRCF, número 52, junho de 2022.

50 ANOS SEM AMÍLCAR CABRAL

No dia 20 de janeiro completaram-se 50 anos do assassinato de Amílcar Cabral. Cabral demonstrou ao longo de sua vida uma grande preocupação com a cultura e sua relação com a revolução. Quando em Portugal, organizou uma associação de escritores, da qual participaram outros grandes revolucionários africanos, como Agostinho Neto, por exemplo. Tal preocupação também foi tema de escritos seus, tais como "Apontamentos sobre a Poesia Caboverdeana" e "Libertação Nacional e Cultura". Fica aqui registrada a nossa homenagem a Amílcar Cabral, com a certeza de que sua vida e sua obra, que merecem ser conhecidas e estudadas, continuarão a inspirar a luta revolucionária do proletariado nos dias que correm. Abaixo segue um excerto importante de um discurso de Cabral sobre o papel da cultura na luta de libertação nacional:

(...) "Como é óbvio, esta realidade constitui um motivo de orgulho e um elemento estimulante para os que lutam pela liberdade e o progresso dos povos africanos. Mas importa não perder de vista que nenhuma cultura é um todo perfeito e acabado. A cultura, tal como a história, é necessariamente um fenômeno em expansão, em desenvolvimento. Mais importante ainda é ter em consideração o fato que a característica fundamental de uma cultura e a sua íntima ligação, de dependência e reciprocidade, com a realidade econômica e social do meio, com o nível de forças produtivas e o modo de produção da sociedade que a cria.

A cultura, fruto da história, reflete, a cada momento, a realidade material e espiritual da sociedade, do homem-indivíduo e do homem-ser social, face aos conflitos que os opõem à natureza e aos imperativos da vida em comum. Daí que qualquer cultura comporte elementos essenciais e secundários, forças e fraquezas, virtudes e defeitos, aspectos positivos e negativos, fatores de progresso, estagnação ou regressão. Daí igualmente que a cultura criação da sociedade e síntese dos equilíbrios e soluções que elabora para resolver os conflitos que a caracterizam em cada fase da história — seja uma realidade social independente da vontade dos homens, da cor da pele ou da forma dos olhos.

Numa análise mais profunda da realidade cultural, não se pode pretender que existem culturas continentais ou raciais. E isso porque, como a história, a cultura se desenvolve num processo desigual, ao nível de um continente, de uma "raça" ou mesmo de uma sociedade. As coordenadas da cultura, tal como as de qualquer fenômeno em evolução, variam no espaço e no tempo, quer sejam materiais (físicas) ou humanas (biológicas e sociais). O fato de reconhecer a existência de traços comuns e específicos nas culturas dos povos africanos, independentemente da cor da sua pele, não implica necessariamente que exista uma única cultura no continente: da mesma forma que, do ponto de vista econômico e político, se verifica a existência de várias Áfricas, há também várias culturas africanas.

É fora de dúvida que a subestimação dos valores culturais dos povos africanos, baseada nos sentimentos raciais e na intenção de perpetuar a sua exploração pelo estrangeiro, fez muito mal a África. Mas, face à necessidade vital do progresso, os seguintes fatos ou comportamentos não são menos prejudiciais: os elogios não seletivos; a exaltação sistemática das virtudes sem condenar os defeitos; a cega aceitação dos valores da cultura sem considerar o que ela tem ou pode ter de negativo, de reacionário ou de regressivo; a confusão entre o que é a expressão de uma realidade histórica objetiva e material e o que parece ser uma criação do espírito ou o resultado de uma natureza específica; a ligação absurda das criações artísticas, sejam válidas ou não, a pretensas características de uma raça; finalmente, a apreciação crítica, não científica ou a-científica, do fenômeno cultural.

Da mesma forma, o que importa não é perder tempo em discussões mais ou menos bizantinas sobre a especificidade ou não especificidade dos valores culturais africanos, mas sim encarar esses valores como uma conquista de uma parte da humanidade para o patrimônio comum a toda a humanidade, realizada numa ou em diversas fases da sua evolução. O que interessa é proceder à análise crítica das culturas africanas face ao movimento de libertação e às exigências do progresso — face a esta nova etapa da história da África. Poderemos assim ter consciência do seu valor no quadro da civilização universal, mas comparar este valor com os das outras culturas, não para determinar a sua superioridade ou inferioridade, mas para determinar, no âmbito geral da luta pelo progresso, qual é a contribuição que deu e deve dar e quais são as contribuições que pode e deve receber.

O movimento de libertação deve, como já dissemos, basear a sua ação no conhecimento profundo da cultura do povo e saber apreciar, pelo seu justo valor, os elementos dessa cultura, assim como os diversos níveis que atinge em cada categoria social. Deve igualmente ser capaz de distinguir*no conjunto dos valores culturais do povo, o essencial e o secundário, o positivo e o negativo, o progressista e o reacionário, as forças e as fraquezas, tudo isso em função das exigências da luta e para poder centrar a sua ação no essencial sem esquecer o secundário, provocar o desenvolvimento dos elementos positivos e progressistas e combater, com diplomacia mas rigorosamente, os elementos negativos e reacionários; e, finalmente, para que possa utilizar eficazmente as forças e eliminar as fraquezas, ou transformá-las em forças".

rumos da luta
um jornal a serviço da classe operária e camponesa

APOIE O JORNAL RUMOS DA LUTA!

Para viabilizar os custos do nosso jornal, desenvolvemos um processo de assinaturas únicas de apoio, no valor de R$ 100 (cem reais), com a qual você passa a receber mensalmente em sua casa um exemplar e assim também contribui com o desenvolvimento da nossa publicação.

Se você tiver interesse em assinar e nos apoiar, envie um e-mail para rumosdaluta@gmail.com ou pelo site www.novacultura.info/jornal